

Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Temas Livres

v.31 n.2

Jul-Dez/2021

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITORA
Denise Pires de Carvalho

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Denise Maria Guimarães Freire

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA
Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA
Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO
Fátima da Silva Grave Ortiz

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE
Andrea Moraes Alves UFRJ

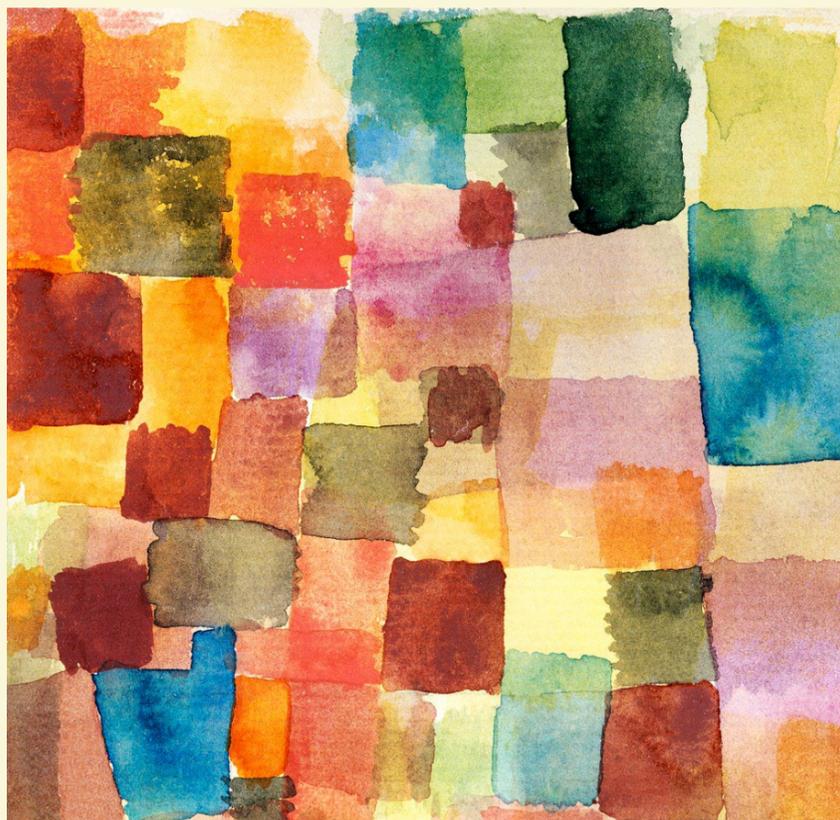
EDITORES ASSOCIADOS
Cleusa dos Santos UFRJ
Paula Ferreira Poncioni UFRJ
Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITOR TÉCNICO
Fábio Marinho

REVISÃO
Andréa Garcia Tippi

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL
Angela Santana do Amaral UFPE
Antônio Carlos Mazzeo USP
Arthur Trindade Maranhão Costa UNB
Christina Vital da Cunha UFF
Clarice Ehlers Peixoto UERJ
Elenise Faria Scherer UFAM
Ivanete Boschetti UFRJ
Jean François Yves Deluchey UFPA
Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ
Marcos César Alvarez USP
Maria Cristina Soares Paniago UFAL
Maria Helena Rauta Ramos UFRJ
Maria das Dores Campos Machado UFRJ
Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ
Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ
Ranieri Carli de Oliveira UFF
Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO
Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS
Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA
Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ



Paul Klee (1879-1940)
Sem Título, 1914 (The MET Museum / Rawpixel).

Publicação indexada em:
[Latindex](#)
[Portal de Periódicos da Capes](#)
[IBICT](#)
[Base Minerva UFRJ](#)
[Portal de Revistas da UFRJ](#)

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos
CEP 22.290-240
Rio de Janeiro - RJ

praiavermelha.ess.ufrj.br

(55) (21) 3938-5386

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social
/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-
Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

 Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

 Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

Sumário

	Apresentação	221	
	<i>Andrea Moraes Alves</i>		
ARTIGOS TEMAS LIVRES	Elementos introdutórios para pensar sobre o Exército Industrial de Reserva no Brasil	223	
	<i>Hiago Trindade</i>		
	Serviço Social nas transformações societárias: “viradas” de uma profissão centenária	243	
	<i>Caroline Magalhães Lima</i>		
	Cotidiano e ontologia do ser social no pensamento de Lukács: reflexões introdutórias	270	
	<i>Mônica Brun Beveder</i>		
	Carlos Nelson Coutinho, György Lukács e a reavaliação das vanguardas	292	
	<i>Rafael da Rocha Massuia</i>		
	Conflitos envolvendo quilombolas no Rio Grande do Sul: entre raça, classe e território	315	
	<i>Adriane Cristina Benedetti & José Carlos Gomes dos Anjos</i>		
	Questão agrária e formação profissional: fundamentos a partir da realidade	341	
	<i>Mailiz Garibotti Lusa</i>		
	Feminismos e a emancipação da América Latina	366	 Você está aqui.
	<i>Maria Amoras, Solange Maria Gayoso da Costa & Natália Aguiar de Barros</i>		
	Deficiência e Cuidado: a experiência das mulheres no contexto do Zika Vírus	391	
	<i>Gabriela Carneiro Peixinho</i>		
	Guerreiras de luta: mulheres assistentes sociais e luta pelos direitos dos idosos	415	
	<i>Beatrice Limoeiro</i>		
RESENHA	Clássicas do Pensamento Social: mulheres e feminismos no século XIX, de Verônica Toste Daflon e Bila Sorj	440	
	<i>por Andrea Moraes Alves</i>		

Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Feminismos e a emancipação da América Latina

**Feminismos
América Latina
Feminismos latino-americanos**

Este artigo objetiva identificar e analisar quais são e o que defendem os feminismos latino-americanos. A metodologia utilizada pauta-se na Revisão Sistemática de Literatura, enfatizando as principais questões e a base de discussão dos feminismos latino-americanos. Os resultados apontaram que esse campo se filia à crítica ao projeto colonial e faz a defesa de que a libertação das mulheres emancipará a América Latina, rompendo com o sistema opressivo de base colonialista e imperialista que sustenta a estrutura racista, sexista e classista do capitalismo.

Maria Amoras

Professora adjunta da Faculdade de Serviço Social da UFPA, doutora em antropologia pela UFPA.

mmaria.amoras@gmail.com

Solange Maria Gayoso da Costa

Professora associada da FSS-UFPA, doutora em Ciências Socioambientais.

solgayoso@ufpa.br

Natália Aguiar de Barros

Graduanda em serviço social UFPA.

nataliaaguiardeb@gmail.com

Feminisms and the emancipation of Latin America

This article aims to identify and analyze what the Latin American feminisms are and what they defend. The methodology employed in this study is based on a Systematic Literature Review, emphasizing the main issues and the basis for discussion provided by Latin American feminisms. The results indicate that this field is associated with the criticism of the colonial project and defends that the women's liberation will emancipate Latin America, breaking with the oppressive system supporting the racist, sexist and classist structure of capitalism, which is based on colonialism and imperialism.

**Feminisms
Latin America
Latin American feminisms**





Palavras iniciais

Os estudos sobre feminismo realizados pelo menos nas últimas duas décadas apontam que os feminismos latino-americanos têm se dedicado ao resgate histórico das lutas das mulheres latinas para (re)conhecer as identidades regionais e ultrapassar o que foi estabelecido pelas narrativas eurocêntricas, de modo a desenvolver estratégias que partam das/com/para essas mulheres no enfrentamento às opressões que tanto lhes negam direitos quanto desumanizam e alienam seus corpos.

Esta perspectiva nos leva a buscar refletir a respeito das múltiplas opressões que as mulheres latinas sofrem em decorrência da cultura patriarcal, heteronormativa e eurocentrada que se reproduz em culturas locais. Sob as lentes dos feminismos latino-americanos, torna-se possível identificar o sistema de dominação estruturado por um conjunto de opressões interseccionadas, as quais, neste continente, e entre outras coisas, atravessam as mulheres através do sexismo, do racismo, do classismo e da heterossexualidade obrigatória.

Como foi possível identificar na literatura consultada, os feminismos latino-americanos comprometem-se com as histórias de diferentes mulheres que pouco ou nunca foram contadas para refutar o feminismo singular, homogeneizante, representante de identidades femininas (brancas) e cujas posições político-sociais (privilegiadas) são demarcadoras de seus interesses de classe. Tal questão, inicialmente, conduziu a pesquisa a buscar o caráter múltiplo da categoria mulher, isto é, a colocar em evidência a pluralidade e a diversidade de mulheres, como pretendem os feminismos latino-americanos. Assim, objetivou evidenciar realidades diversas que minimizam e invisibilizam as várias e diferentes mulheres, bem como seus direitos e suas reivindicações.

A literatura sobre os feminismos latino-americanos encontra-se difundida em diferentes meios, contudo não se encontra uma organização sistemática como base referencial sobre o tema. Nesse sentido, considera-se importante que os debates sobre o tema e as informações fomentadas nos estudos sejam reunidos, organizados e analisados criticamente, bem como mensurados qualitativamente. O processo de sistematização organizada das informações, a partir da identificação e síntese das questões

Feminismos e a emancipação da América Latina

Maria Amoras
Solange Maria Gayoso da Costa
Natália Aguiar de Barros



e evidências apontadas nos estudos, é realizado por meio de uma metodologia de Revisão Sistemática da Literatura (RSL), objetivando subsidiar novos estudos sobre o feminismo na América Latina.

Este artigo tem como objetivo identificar e analisar quais são e o que defendem os feminismos latino-americanos. Pretende-se assim, apresentar elementos para reflexões acerca das expressões do racismo, do sexismo, da luta das mulheres e do feminismo no campo. A metodologia utilizada pauta-se na RSL, cujo objeto enfatiza as principais questões e a base de discussão do feminismo latino-americano.

O artigo está organizado em cinco sessões, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, expõe os dados gerais da RSL. Na segunda, reflete sobre a pluralidade dos feminismos como resistências locais. Na terceira, situa as “ondas do feminismo” como movimentos políticos e culturais, destacando suas formas e temporalidades diversas. Na quarta, analisa os feminismos que concentram as especificidades das mulheres da América Latina. Na quinta, de forma breve, apresenta algumas feministas que têm contribuído teoricamente para a luta das mulheres latino-americanas contra as opressões.

Materiais e métodos

A partir da Revisão Sistemática da Literatura (RSL) baseada na metodologia de pesquisa bibliográfica, o estudo adotou critérios de inclusão e exclusão dos trabalhos selecionados para análise de conteúdo. Para tanto, elaborou-se um protocolo de pesquisa com as seguintes indicações: 1. A pergunta: “quais são e o que defendem os feminismos latino-americanos?”; 2. Os critérios de seleção do material; 3. Os descritores de busca; 4. As estratégias de acesso; 5. Bases de dados a serem consultadas.

A tarefa de fazer uma RSL sobre os feminismos latino-americanos explicitou a complexidade epistemológica, teórica e política que exige a compreensão do surgimento do feminismo na Europa, tornado hegemônico, e daqueles que despontaram em realidades multifacetadas e polifônicas de países e continentes colonizados, como, por exemplo, a América Latina.

Com relação às estratégias de busca, as bases de dados foram definidas de acordo com o objetivo da pesquisa e com as

condições de acesso aos estudos, observando-se os seguintes critérios: a) natureza do estudo: livros, capítulos de livros, artigos, dissertações e teses; b) similaridade temática: trabalhos que façam alusão à temática definida no protocolo; c) recorte temporal: período de 2009-2019, que marcam esses 11 anos uma vez que se pretende acessar produções atuais/atualizadas; d) idioma das publicações: português e/ou espanhol; e) gênero da autoria: feminino; e f) publicações com acesso gratuito.

As bases de dados acessadas para a busca de publicações eletrônicas disponíveis on-line em redes virtuais foram: Portal de Periódicos e Banco de Teses da CAPES e Scielo. Os termos de busca ou descritores e combinações utilizados na pesquisa bibliográfica incluem: “Feminismos”; “Feminismos Latino-americanos”; “Feminismos Latino-americanos, Antropologia, Sociologia, Descolonial”; “Feminismos, Latino-Americanos, Descolonial, Negritude”.

Como resultado obteve-se o quantitativo de 116 obras: 87 artigos, 15 dissertações de mestrado e 14 teses de doutorado, em português e espanhol, todas com autoria de mulheres e produzidas no período temporal de 2009 a 2019. A quantidade de obras, entre o intervalo inicial e o final, mais que triplicou, sinalizando uma positiva linha crescente do desenvolvimento teórico da temática nos últimos anos.

A intenção, portanto, foi a de localizar estudos sobre as vertentes dos feminismos que tratam, particularmente, das mulheres negras e indígenas latino-americanas. Considerou-se, ao final deste trabalho, dar destaque às autorias dessas vertentes: no caso, a algumas mulheres que são referências para as teorias e movimentos feministas latino-americanos.

Colocando os ‘s’ no feminismo latino-americano

Ao discorrer sobre os feminismos latino-americanos, em sua pluralidade, Alvarez (2014) define que o feminismo é dinâmico e, por estar em movimento, o lugar e a forma em que está sendo desenvolvido indicará como pode ser imaginado, teorizado e, por conseguinte, praticado. Assim, ela propõe que se enquadrem os feminismos em campos discursivos de ação, a fim de interpretar e dar conta das complexidades presentes nos feminismos latino-americanos e reconhecer as dificuldades, os conflitos e as

constantes relações desiguais referentes às internas relações de poder, como discute:

Essas iniquidades podem eventualmente ser alteradas, já que o campo feminista está permanentemente em fluxo. Isto é, os campos erguem-se, se estabilizam, reconfiguram-se, reconstroem-se, e periodicamente, se desconstroem e/ou desembocam em ou geram novos e distintos campos (ALVAREZ, 2014, p. 20).

Então, para a reflexão acerca dos feminismos latino-americanos, torna-se fundamental reconhecer a relevância dos 's' que os acompanham, pois é impossível a existência de uma realidade única que consiga dar conta das vivências das mulheres latinas. Além disso, são diversas as opressões que podem intercorrer uma mesma mulher, tal como apontado por Costa e Ávila (2005, p. 661) ao traduzirem os questionamentos da teórica latino-americana Anzaldúa, sobre a consciência mestiça da diferença, em entrevista concedida a Blake e Ábrego (1995, p. 14):

Comecei a pensar: “sim, sou chicana, mas isso não define quem eu sou. Sim, sou mulher, mas isso também não me define. Sim, sou lésbica, mas isso não define tudo que sou. Sim, venho da classe proletária, mas não sou mais da classe proletária. Sim, venho de uma mestiçagem, mas quais são as partes dessa mestiçagem que se tornam privilegiadas? Só a parte espanhola, não a indígena ou negra”.¹

Costa e Ávila (2005) destacam que, para Anzaldúa, uma mulher habita esse “entrelugar” de todas essas categorias que se interseccionam e a colocam em um lugar específico, e/ou “entrelugar”, cujas características são traduzidas, refletidas e estão contidas em sua identidade. À vista disso, ao buscar as trajetórias percorridas pelo(s) feminismo(s) na América Latina, a pesquisa não teve a pretensão de alcançar toda a discussão, pois, devido ao grande acúmulo da sua produção, exigiria um trabalho de maior fôlego.

Sem desconsiderar, contudo, o esforço aqui empreendido para este texto, destaca-se a ideia de apenas inserir uma contribuição na crítica às homogeneizações e universalismos, no sentido de compreender as complexas existências das mulheres em realidades particulares, como as realidades das mulheres periféricas latino-americanas. A intenção, portanto, foi a de sinalizar percursos específicos dessa realidade para,

principalmente, fazer a contraposição política e resgatar processos opostos e de resistências locais, bem como suas divergências e diferenciações do feminismo hegemônico. Nesse sentido, pretendeu-se uma apresentação das perspectivas plurais dos feminismos na América Latina, que ora convergem, ora divergem.

Trajetórias do(s) feminismo(s) latino-americano(s): convergências e divergências

Para refletir a respeito da pluralidade dos feminismos na América Latina e suas defesas, fez-se importante determinar a vertente hegemônica que sua episteme contesta, a qual é situada em percursos nomeados como as “ondas do feminismo”. A chamada “primeira onda”, identificada como “movimento das sufragistas”, surge no contexto dos países da Europa sob a defesa do direito ao sufrágio feminino na escolha dos dirigentes públicos e de parlamentares. Contudo, o movimento não questionava as desigualdades estruturais entre homens e mulheres e reproduzia ideias hegemônicas dos espaços engessados pela sociedade liberal.

Pautadas nos princípios do patriarcado, essas ideias promoviam a naturalização de visões distintas e hierárquicas acerca do papel do homem e da mulher na sociedade. O masculino estava definido como sendo o administrador do espaço e da coisa pública, o sujeito da razão universal, enquanto o feminino estava encerrado no espaço privado, restrito ao cuidado da casa, da família e dos filhos. O masculino e o feminino, portanto, constituíam-se dessa dicotomia e da contradição entre público e privado (AMARAL, 2017, p. 15).

A chamada “segunda onda” é definida por Alvarez (2014) como o primeiro momento de construção de um feminismo que parte das realidades latino-americanas e que ocorre em uma época de repressão ditatorial; período este em que regimes militares tomaram posse em vários países do continente e provocaram uma série de organizações políticas e movimentos sociais democráticos pela luta feminista, indicando que:

La teoría feminista de la segunda ola norte americana no se replica mecánicamente en los países latinoamericanos con las mismas características, ni es asimilada sólo por académicas homólogas de las del Norte (léase blancas, de clase alta, heterosexuales...). Más bien, lo

Feminismos e a emancipação da América Latina

Maria Amoras
Solange Maria Gayoso da Costa
Natália Aguiar de Barros



que se evidencia desde esta época es un complejo panorama político con el cual interactúan y al cual interpelan, con distintas o similares estrategias de lucha, los movimientos en los cuales las mujeres, como activistas, intelectuales, políticas, van a ir tomando centralidad en un sostenido proceso de construcción de autonomía y de una acción política contestataria, irreverente y crítica del sistema económico y político dominante, en el cual se inscribe el patriarcado (LAMUS CANAVAE, 2009, p. 99).

Dessa maneira, organizando-se de forma autônoma, as feministas também se opunham ao regime ditatorial e lutavam em múltiplas frentes, fator que irá situá-las como ativistas que estavam e lutavam no interior das organizações políticas. Esta é uma das principais características da “segunda onda” do feminismo, contudo, o movimento apresenta uma segmentação que será alvo de disputas contínuas, chamada por Alvarez (2014, p. 22) de “luta geral-militância política versus luta específica-militância autônoma”. Nesse sentido, o primeiro segmento do feminismo, da luta geral, ganhou espaço e foi visto como o “verdadeiro” feminismo, embora muito acusado de carregar em si marcas de privilégios (de classe social, de raça/etnia e de sexualidade).

O momento seguinte é conduzido pela chamada “terceira onda”, pautada na crescente luta pelos direitos humanos em consonância com a transição para a democracia representativa, ainda que os projetos neoliberais tenham encontrado lugar para estabelecer suas políticas. Essa conjuntura propiciou o florescimento das chamadas políticas identitárias, compreendidas como sendo um resultado das lutas pela defesa dos corpos das mulheres contra qualquer tipo de violência. As reivindicações objetivavam a liberação de métodos contraceptivos, a descriminalização do aborto e a definição dos papéis de gênero. Esse momento ficou marcado como “institucionalização do feminismo” e “onguização do feminismo”, porém, localizado em um campo de tensões no qual as feministas que formalizaram suas atividades nesses espaços foram chamadas de “institucionalizadas” e as outras de “autônomas” (BATISTA, 2017, p. 33-34).

Ainda sobre essa fase, destaca-se que uma das discussões e conflitos se dá em torno das expressões, debates e embates em relação ao gênero. Alvarez (2014, p. 30) afirma que isso ocorre

Feminismos e a emancipação da América Latina

Maria Amoras
Solange Maria Gayoso da Costa
Natália Aguiar de Barros



“[...] porque a noção de gênero, despolitizada e tecnocratizada, também virou parte integral do receituário neoliberal de muitos governos Latino-Americanos e instituições intragovernamentais no pós-Consenso de Washington”, como podemos observar:

Al respecto, el error de interpretación en que han caído con frecuencia las corrientes dominantes del feminismo, ha consistido en generalizar los problemas de algunos sectores sociales (las mujeres blancas de clase media o alta) y considerar los universales, en una visión esencialista de la identidad (JULIANO, 2016, p. 19).

Essa discussão em torno da existência de um feminismo dominante em relação aos outros ocorrerá não por suas intensidades ou importâncias, mas por suas localidades privilegiadas de acesso a recursos e lugares, que vão fazer a manutenção e/ou (re)construir hierarquias de poder entre as próprias mulheres. Ainda assim, as “outras” feministas, ou seja, as mulheres (feministas) negras, pobres, indígenas, lésbicas, trans e outras, continuaram construindo resistências e reivindicando suas existências enquanto mulheres feministas. Esse movimento dá origem a uma “quarta onda”, definida por Marlise Matos como:

Um processo de ‘democratização de gênero no âmbito das instituições e da (re)formulação de políticas públicas’, assim como de revitalização da agenda clássica do feminismo na busca por direitos, desta vez a partir dos desafios colocados pelo movimento contemporâneo de transnacionalização do feminismo, de globalização das agendas locais das mulheres e de fermentação das estratégias feministas horizontais (MATOS, 2010, p. 83).

Esse momento, para Alvarez (2014, p. 32), é compreendido como o momento de *sidestreaming*² dos feminismos plurais e a multiplicação de campos feministas”, sendo incorporados os desafios de um campo de ação horizontalizado, coletivo, intercultural e intermovimentos. Para Matos (2010), no campo teórico, essa “nova onda” estaria vinculada a “uma renovada ênfase em fronteiras interseccionais, transversais e transdisciplinares entre gênero, raça, sexualidade, classe e geração” (MATOS, 2010, p. 86).

Ainda que muitos dos países latino-americanos tenham passado por processos semelhantes de colonização de suas terras/corpos/histórias e sido submetidos a processos ditatoriais, os feminismos

neste continente têm formas e temporalidades diversas, não podendo, neste sentido, ser homogeneizados, pois se inserem em movimentos políticos e culturais que traduzem complexas regiões periféricas de países com processos heterogêneos, convergentes e divergentes.

As lutas dos feminismos na América Latina

Pela resistência e contraposição às “outras” mulheres do feminismo, os movimentos da “quarta onda” acrescentaram ao feminismo especificidades das mulheres latino-americanas, de forma que os feminismos foram se configurando em áreas de reivindicação e se filiando às correntes teóricas. No trabalho de RSL, manifestaram-se, por exemplo, o feminismo negro, o feminismo trans, o transfeminismo ou feminismo queer, o feminismo lésbico, o feminismo jovem, o feminismo indígena, o feminismo comunitário, o feminismo radical, a economia feminista, o ecofeminismo, o feminismo camponês, o anarcofeminismo, o feminismo transnacional, o feminismo pós-colonial, o feminismo descolonial e o feminismo interseccional.

O foco de nossas análises se inclinou sobre os feminismos negros, indígenas e comunitários, ora também caracterizados como feminismos pós-colonial, descolonial, interseccional e territorial. A intenção foi a de alcançar as principais questões tomadas pelos feminismos latino-americanos, isto é, aqueles que pautam a crítica ao projeto colonial como defesa da libertação das mulheres para a emancipação da América Latina. Por conseguinte, buscou-se compreender como esses feminismos refletem o sistema opressivo de base colonialista e imperialista que sustenta a estrutura racista, sexista e classista do capitalismo.

O *feminismo pós-colonial* surge da luta feminista que, filiada às teorias pós-coloniais, problematiza as opressões contra as mulheres colonizadas, as quais são compreendidas como sendo originadas na violência colonial e, no tempo presente, atualizadas pela expansão imperialista. Assim, coube às feministas pós-coloniais integrar as questões de gênero aos discursos e discussões pós-coloniais, uma vez que as opressões sofridas pelas mulheres estavam estruturadas no projeto colonial. Moore Torres (2018) indica que a trajetória desse feminismo será percorrida, principalmente, por referenciais teóricos que remeterão ao Grupo de Estudos Subalternos da Índia, referindo-se à colonização

Feminismos e a emancipação da América Latina

Maria Amoras
Solange Maria Gayoso da Costa
Natália Aguiar de Barros

da Ásia e África pelo Norte, influenciados e imbricados no pós-marxismo, pós-estruturalismo e pós-modernismo (COSTA, 2014).

Já o *feminismo descolonial* busca questionar a ferida aberta pela colonialidade, de modo a apontar que mesmo com o fim do colonialismo, as relações de poder (econômica, política e cultural) não cessaram, mas sim “[...] tuvieron continuidad en las formas de dominación de las estructuras del sistema-mundo capitalista/moderno/colonial” (FONSECA; GUZZO, 2018, p. 68). Dessa maneira, reflete as opressões e o feminismo como “[...] un sujeto cuya condición de subordinación no es ontológica sino histórica y está atravesada por múltiples relaciones de poder inscritas en contextos particulares” (MOORE TORRES, 2018, p. 241).

Nesse sentido, o *feminismo descolonial* reflete a existência das Américas e, particularmente, da América Latina, a partir da epistemologia Modernidade/Colonialidade, indicando-a como originadora das desigualdades contemporâneas e produtora de dicotomias que produzem uma hierarquia localizada (eurocentrada), classista, racializada e patriarcalizada. Contudo, faz uma crítica ao sistema Modernidade/Colonialidade presente no “giro decolonial”, apontando a grande lacuna deixada pela falta de discussão sobre o gênero na tríade das colonialidades do poder, saber e do ser, base do sistema colonial (QUIJANO, 2005). Com isso, Maria Lugones (2008) formulou a crítica a esse aporte teórico, colocando também a colonialidade do gênero na estrutura das relações opressivas.

O *feminismo descolonial*, por sua vez, visa reinterpretar a história da colonização baseando-se nas realidades locais das mulheres nas Américas, porém, sustentando-se nos feminismos do sul, ou seja, feminismos negros, indígenas, chicanos, fronteiriços, comunitários e latinos. Gargallo (2004) propôs, então, uma descolonização dentro dos próprios feminismos. Visto isso, essas mulheres são:

[...] feministas geopolíticamente asentadas en Abya Yala, de trayectorias y posicionamientos críticos y contra hegemónicos que conversan con producciones de pensadoras y activistas, feministas o no, de descendencia africana, indígena, mestiza popular, campesina, migrantes racializadas, así como aquellas académicas blancas comprometidas con la subalternidad en Latinoamérica y el Caribe (ALVARADO; FISCHETTI, 2018, p. 94).

Feminismos e a emancipação da América Latina

Maria Amoras
Solange Maria Gayoso da Costa
Natália Aguiar de Barros



Assim, os *feminismos descoloniais* têm um caráter político ação. Entendem, para a sua práxis, que é necessário reconhecer a continuidade das relações coloniais como colonialidades que se reproduzem mediante as opressões de gênero, raça, sexualidade e classe. Desse modo, importante se faz, também, o olhar percuciente da história para reconstruir a arena política e cultural mais ampla, considerando as tradições culturais para identificar a existência de modos de vida que lutam pela manutenção de seus comuns e, ao mesmo tempo, para poder se figurar e se localizar nas dinâmicas políticas e econômicas globais (COSTA, 2014).

Nessa perspectiva, o *feminismo descolonial* insere-se no campo epistemológico da crítica à modernidade, ou seja, visa à *descolonização* do conhecimento produzido acerca dos povos latino-americanos sob a desumanização dos corpos das mulheres. Compreende, nesse particular, que não seria possível lutar pelos direitos das mulheres do terceiro mundo sem, contudo, questionar a matriz hegemônica do conhecimento ocidentalizado.

A *interseccionalidade* surge nesse campo de crítica, manifestando-se como ferramenta analítica que foi fundamentada e desenvolvida a partir da tradição teórico-prática do feminismo negro norte-americano. O termo cunhado por Kimberlé Crenshaw (2004), norte-americana, diz respeito às diferenças de gênero e raça que se cruzam por distintos marcadores sociais e se intercorrem simultaneamente, formando redes de violências. Essa vertente do feminismo, por seu turno, foi chamada de *interseccional* e propõe a discussão combinada de discriminações que atravessam uma mesma mulher, de modo que a autora também aponta as múltiplas opressões que sofre a mulher negra por estar na centralidade das opressões. Apresentando essa questão, Malnis (2019) afirma que:

De no será sí, las mujeres pasarían a ser el colectivo subordinado por excelencia y nos olvidaríamos de que las mujeres también podemos ser opresoras para otras mujeres. Quizás sea necesario preguntarnos: ¿es la categoría “mujer” lo suficientemente universal y unívoca como para hablar de una “opresión contra la mujer”? (MALNIS, 2019, p. 276).

Anteriores à conceituação da categoria *interseccionalidade*, algumas teorias já apontavam para o sistema de subordinação múltiplo. Glória Anzaldúa (2000), chicana e fronteiriça, por exemplo, refletia sobre um “feminismo da diferença

Feminismos e a emancipação da América Latina

Maria Amoras
Solange Maria Gayoso da Costa
Natália Aguiar de Barros



interseccional”, que reconhecia as especificidades e as pluralidades das mulheres a partir de seus contextos. O *feminismo interseccional*, então, pôde ser identificado como o feminismo que abrange e reconhece as diferenças, especificidades e múltiplas opressões a que as mulheres estão submetidas.

É nesse contexto que as mulheres dos feminismos negros pautam as opressões de gênero, classe e raça que sofrem dentro do movimento correlato e do movimento feminista, uma vez que não encontram espaços para suas reivindicações nos movimentos negro e feminista. No primeiro, consideram que sofrem opressões de gênero e, no segundo, opressões de raça. Assim, veem-se imersas em uma dupla subordinação.

No âmbito deste debate, Sueli Carneiro (2011, p. 2), brasileira, afirma que o *feminismo negro* “tem como seu principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossa sociedade”. Dessa forma, o *feminismo negro* surge como uma estratégia de resistência para reivindicar o lugar dessas mulheres como negras, inscrevendo-as na heterogeneidade enquanto sujeitos políticos.

Consoante a isso, em entrevista concedida à Sônia E. Alvarez (2012, p. 841), a então ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil, Luiza Bairros, no ano de 2012, afirmou que o próprio feminismo negro tem especificidades em seu interior, razão pela qual não se deve universalizar a mulher negra ou qualquer outra mulher encaixando-a em uma única categoria. Ela aponta que existem, por exemplo, as mulheres negras quilombolas, mulheres de terreiro, jovens, lésbicas, etc.

Os *feminismos territoriais* estão inseridos na contra-hegemonia do que Ulloa (2016, p. 164) chama de “[...] es escenarios ambientales de la apropiación y el despojo (asociados con cambio climático, biodiversidad, água, petróleo, agronegocios, minería, entre otros)”. Com isso, as mulheres indígenas, quilombolas e camponesas imprimem resistências opondo-se às desigualdades socioambientais e de gênero. A autora conceitua esse feminismo como sendo um movimento de luta feminina territorial e ambiental, liderado por mulheres indígenas, afrodescendentes, como as mulheres quilombolas e as mulheres camponesas, cujas defesas interseccionam a luta pelo território, pela natureza

e por seus corpos, opondo-se às políticas desenvolvimentistas, extrativistas, agropecuaristas, etc.

Também foi possível identificar a *economia feminista* e o *ecofeminismo*, que se relacionam no par mulheres-natureza-território/ambiente. A primeira associa-se à questão de produção e reprodução social (NOBRE, 2016, p. 651), debruçando-se no combate às políticas desenvolvimentistas produtoras de crises sistêmicas e de desigualdades sociais, sobretudo na vida das mulheres. O segundo, por sua vez, faz uma crítica ao modelo de desenvolvimento econômico hegemônico, colocando no centro do debate a questão da ecologia e do meio ambiente e sua relação com as mulheres e comunidades tradicionais.

Assim, segundo Weinstock (2014, p. 648), “[...] pensadoras enroladas dentro del ecofeminismo señalaron que existen importantes paralelos históricos, culturales y simbólicos entre la opresión y explotación de las mujeres y de la naturaleza” e, com isso, o protagonismo feminista dessas mulheres surgiu a partir de suas reivindicações para seus territórios. Surge, desse modo, a categoria “corpo-território” para abordar esse contexto de luta pelo direito à vida e ao território tradicionalmente ocupado, entendendo o espaço não só como caracterizador das relações de produção, mas também reconhecendo as múltiplas formas de ocupá-lo, habitá-lo (LARA DE LA ROSA, 2019). Bolados Garcia e Sanchez Cuevas (2017, p. 35) destacam a importância de relacionar a ideia de território com os conflitos socioambientais, uma vez que isso “permite considerar no solo la base material de los ecosistemas, sino también su historia y las relaciones que se ha urgido en éstos”.

Essa vertente do feminismo lança-se para desmascarar a faceta do par eurocêntrico desenvolvimento/progresso presente nos chamados grandes empreendimentos econômicos, como as hidrelétricas, a mineração e o agronegócio, reconhecidos como positivos para o progresso da economia local e global. O movimento se esforça para denunciar as ameaças aos territórios indígenas, quilombolas, ribeirinhos e de outros povos tradicionais, bem como detê-los. É justamente nesses territórios, frequentemente ameaçados por esses empreendimentos, que a resistência dessas mulheres emerge.

Ainda nesse contexto, atua o movimento feminista comunitário difundido pela boliviana aymara Julieta Paredes Carvajal (2010).

Feminismos e a emancipação da América Latina

Maria Amoras
Solange Maria Gayoso da Costa
Natália Aguiar de Barros

Sebastian-Aguilar (2019), feminista e impulsionadora das ideias do feminismo comunitário, situa os movimentos de resistência das mulheres Me'phaa, no México, contra a violência dos grandes projetos de desenvolvimento e do narcotráfico que cerca a região, como explica:

[...] se refiere al lugar de las mujeres como complementos organizativos comunitarios y no binarios, quien es afrontan los esencialismos étnicos. Paredes contradice los discursos y prácticas esencialistas al interior de la comunidad que posicionan a 'las mujeres meras guardianas de la naturaleza, enfrentan prácticas tan violentas y no han sido realmente reconocidas como sujetas políticas' (SEBASTIAN-AGUILAR, 2019, p. 73)

Assim, o *feminismo comunitário* se apresenta como um movimento construído a partir da comunidade, que possui uma historicidade específica de resistência e cujo território também está envolto por historicidades, tradições e culturas, onde seus habitantes resistem ao capitalismo e ao sistema patriarcal. Dessa maneira, a partir da vida em comunidade, o pensamento feminista propõe a despatriarcalização do lugar, incorporando-o como um território de luta (SEBASTIAN-AGUILAR, 2019). Assim, as resistências dessas mulheres se dão em consonância com seus pares (homens), os quais também vivenciam e enfrentam as violências que assolam seus territórios e vidas.

Entretanto, essas mulheres são violentadas pelos homens brancos que estão no entorno de suas localidades e terão que resistir e travar lutas para além de seus territórios. Além disso, em muitos contextos indígenas, políticas externas atribuíram a elas o papel romantizado de “guardiãs das tradições”, pressupondo, em relação aos homens indígenas, uma inferiorização dos seus saberes, resguardando a eles os papéis decisórios. Acerca deste debate, Moore Torres (2018) identifica a opressão sexual e a dominação colonial como duas faces de uma mesma repressão que, quando assim reconhecida, permite que essas mulheres se oponham às opressões que violentam seus corpos e territórios. Ao mesmo tempo, revela e põe em questão a noção essencialista e naturalizada dessas mulheres como guardiãs de suas casas e de suas culturas, total desconsideração às suas cosmovisões na preservação do território.

Em comunidades que se encontram nas proximidades das cidades, as mulheres estão mais vulneráveis à violência. São muitas as situações em que os homens, ao saírem de suas localidades em busca de trabalho, reproduzem, quando de seu retorno, a lógica patriarcal dominante subjugando os seus corpos. Problematizando a ideia de um patriarcado ancestral que engendrava hierarquias nas sociedades pré-coloniais, Rita Segato (2016) também indica a existência de patriarcados de baixo impacto e de alto impacto. Nesse sentido, cabe às feministas comunitárias denunciar “[...] la existencia de un patriarcado dentro de sus comunidades que si bien ha sido mediado históricamente por el capitalismo” (MOORE TORRES, 2018, p. 250).

Os *feminismos indígenas*, por sua vez, muitas vezes estão integrados aos *feminismos territoriais e comunitários*, fato que se dá por dois principais fatores que circunscrevem a realidade dessas mulheres. Inicialmente, assim como as vivências das mulheres negras, as mulheres indígenas atuavam em dois movimentos: o movimento indígena e o de mulheres, separadamente. Isso porque não encontravam espaço para reivindicar suas questões específicas no movimento indígena, da mesma forma como também não encontravam ressonância para as suas questões étnico-raciais no movimento feminista.

Essas mulheres têm sido acusadas de enfraquecer e dividir o movimento indígena e de se associarem a um movimento que trai e reforça estereótipos criados para inferiorizar e perpetuar o ideário do homem indígena como primitivo e violento. Mas, como refletem os trabalhos que discutem o *feminismo comunitário*, concordar com o mito de uma equidade de gênero ou complementaridade em realidades indígenas é criar essencialismos que perpetuam o olhar romantizado, o qual desconsidera as complexidades que envolvem as relações de gêneros em contextos específicos e acometidos pela colonização.

Além disso, outro fator que incide na questão é o fato de o feminismo (o branco, urbano, classista, racista, colonialista) reforçar estereótipos a esses povos e subjugar essas mulheres. Quando as consideram, reconhecem-nas como uma mulher indígena no singular, descartando o fato de serem muitas, de diferentes grupos e, destarte, de diferentes culturas, tradições e identidades. Com isso, as mulheres indígenas – ainda que lutem por seus territórios e por espaços no interior de suas

Feminismos e a emancipação da América Latina

Maria Amoras
Solange Maria Gayoso da Costa
Natália Aguiar de Barros

comunidades, demonstrando afinidade com o feminismo e se opondo ao patriarcado – não se autodenominam dessa maneira, isto é, como feministas, de modo que muitas até se distanciam dessas categorizações (CARVAJAL, 2019).

Em relação aos *feminismos indígenas*, Moore Torres (2018) aponta que Francesca Gargallo, mexicana, apresenta quatro formas de manifestações de práticas políticas das mulheres indígenas que podem se enquadrar no conceito de feminismo. A primeira, de indígenas empenhadas em afirmar um movimento de solidariedade dual, de equilíbrio entre homens e mulheres, mas que não se reconhecem feministas. A segunda, de indígenas que não se denominam como feministas por questionarem e criticarem o feminismo singular. A terceira, de indígenas que refletem e identificam pontos em comum com as feministas brancas, relacionando suas resistências nas comunidades quanto aos direitos de mulheres. E, por fim, a quarta, das mulheres indígenas abertamente autodenominadas feministas e que, porém, defendem um pensamento feminista autônomo para criar teorias e grupos de atuação.

Os feminismos negros, territoriais, comunitários e indígenas, portanto, a partir de uma abordagem descolonial e interseccional, contribuem para a reflexão de que se faz necessário habitar os entre-mundos, desessencializar, desmistificar as comunidades que integram, admitindo as complexas cosmogonias e objetivando sempre flexionar o feminismo em um processo constante de desconstrução e descolonização, isto é, como refletem Dell’Aglío e Machado (2019, p. 2):

[...] às multiplicidades de projetos e às perguntas que respondem às tensões políticas e complexidades teóricas, abrindo novas dimensões, em um processo sempre inacabado, portando, de definições sobre o feminismo (DELL’AGLIO; MACHADO, 2019, p. 2).

Dessa forma, reconhecer a pluralidade de projetos e inflexões políticas e as complexidades teóricas, bem como localizar as especificidades dessas mulheres, implica expandir as perspectivas do sempre flexionado feminismo como verbo de ação.

Feminismos e a emancipação da América Latina

Maria Amoras
Solange Maria Gayoso da Costa
Natália Aguiar de Barros



Entre tantas feministas, algumas referências da Latino-América

A partir da RSL foi possível identificar diferentes mulheres que têm realizado a importante contribuição de teorizar e desenvolver feminismos com grupos diversos de mulheres, produzindo novos olhares para refletir o feminismo sem homogeneizações. Neste empreendimento de pesquisa, portanto, fez-se relevante situar as feministas e seus aportes teóricos que têm se tornado referência na luta das mulheres latino-americanas contra as opressões. A seguir, destaca-se um *release* das biografias que merecem aprofundamentos.

Maria Lugones, socióloga e feminista argentina, que residia nos Estados Unidos, faleceu em julho de 2020, aos 76 anos. Em suas contribuições, discorreu a respeito dos *feminismos de cor*, propôs uma categoria de gênero como colonial/moderna e inseriu o gênero na concepção modernidade/colonialidade do pensamento decolonial. Dessa forma, a autora sinalizou que também é necessário historicizar o patriarcado (BALLESTRIN, 2017) para a compreensão do lado oculto da organização colonial/moderna do gênero na manutenção da naturalização da mulher branca, burguesa e intelectual como categoria homogênea e eurocentrada. A universalidade dessa concepção de mulher gera diversas formas de opressão para as mulheres que não se inserem nessas categorias. Nesse sentido, a problematização dessas opressões exige a análise de raça, classe e gênero como constitutivos e inseparáveis na estrutura social. Lugones, portanto, apontou o *feminismo descolonial* como possibilidade de superação da colonialidade de gênero.

Rita Laura Segato, antropóloga argentina, por sua vez, defende a ideia da existência e diferença de patriarcado de baixa intensidade e patriarcado de alta intensidade. A autora aponta que o mesmo já existia nas sociedades pré-coloniais. Suas reflexões partem das consequências dos avanços do sistema imperialista/capitalista que invade os territórios originários intensificando as violências patriarcais (MOORE TORRES, 2018).

Em concordância com esse pensamento, Julieta Paredes Carvajal, boliviana, aymara, poeta, feminista, compositora e lésbica, a partir do *feminismo comunitário*, situa as mulheres indígenas dentro da luta feminista. Argumenta, assim, que se o movimento feminista não se descolonizar, pode se constituir em um novo

Feminismos e a emancipação da América Latina

Maria Amoras
Solange Maria Gayoso da Costa
Natália Aguiar de Barros





colonialismo (ALVARADO; FISCHETTI, 2018). Também foi uma das criadoras do coletivo boliviano “Mujeres Creando”, que, em suas décadas de existência, soma ações de rua, publicações de livros e revistas feministas, além de performances e ações ativistas (LAMBERT, 2017).

A feminista chicana Glória Anzaldúa, falecida em 2004, aos 61 anos, refletia acerca da inferiorização da cultura asteco-mexicana e do processo de colonização. Voltou seu olhar às opressões que sofrem essas mulheres, apontando os sistemas simbólicos e mitos que dificultam o reconhecimento de sistemas patriarcais hierárquicos em suas comunidades. Anzaldúa desenvolveu a consciência chicana, de fronteira, discorrendo sobre as redes múltiplas que entrelaçam uma mulher (MAYORGA *et al.*, 2013).

A estudiosa brasileira Cláudia de Lima Costa, por seu turno, debruça-se a respeito da política da tradução apontando-a como fundamental para a teoria feminista, uma vez que pode modular epistemologias feministas em prol das lutas anti-imperialistas, antirracistas e antifascistas, construindo epistemologias conectadas (COSTA; ALVAREZ, 2013). Sônia E. Alvarez, antropóloga argentina, 66 anos, conceitua a *translocação* e o *feminismo translocal* a partir, outrossim, da compreensão da tradução como um instrumento político.

Lélia Gonzalez, brasileira e importante feminista negra, faleceu em 1994, aos 59 anos. Em suas notáveis reflexões, fez um contramovimento ao feminismo hegemônico e apontou a centralidade do colonialismo que legitima saberes, culturas, ciências brancas e eurocentradas. Para essa intelectual, o racismo cria as estruturas coloniais que originaram as Américas, suprimindo as sociedades originárias e construindo sociabilidades racistas reproduzidas até os dias de hoje.

É desta maneira, portanto, que Lélia Gonzalez propôs a descolonização do saber e da produção do conhecimento na América Latina, visando o fortalecimento das feministas negras e o enfrentamento das estruturas racistas, classistas, sexistas e de seus desdobramentos. (CARDOSO, 2014). A autora deixou uma importante contribuição aos pensamentos sociológicos brasileiro e da América Latina ao questionar a matriz eurocêntrica herdada tanto das teorias positivistas como das teorias críticas. Desse modo, colocou em xeque o mito da democracia racial presente nos

Feminismos e a emancipação da América Latina

Maria Amoras
Solange Maria Gayoso da Costa
Natália Aguiar de Barros



constructos teóricos que invisibilizaram as desigualdades raciais, de gênero e classe nas Américas e, particularmente, no Brasil.

Palavras finais

O escopo dos feminismos latino-americanos é romper com os cânones ideológicos que implantaram a estrutura da modernidade em seus territórios, subjugando corpos e expropriando os saberes da diversidade de povos. O colonialismo e o imperialismo, de base patriarcal, permanecem extirpando a humanidade dos corpos das mulheres negras e originárias das Américas. Assim, os movimentos feministas fazem a defesa da emancipação feminina pela organização política, intentando o alcance de políticas centradas em uma práxis localizada e de superação do capitalismo. Da mesma forma, visam ações engajadas e pautadas na crítica das realidades interseccionadas, entre outras, pelas relações de gênero, sexualidade, classe social, raça, etnia, território, religiosidade, idade/geração, região e nação.

As mulheres, em suas pluralidades, têm o direito a se autoidentificar e diferenciar, contestando, inclusive, a própria natureza do *ser mulher* homogeneizado. A perspectiva interseccional possibilita desvelar múltiplos efeitos das opressões nas suas vidas em variados contextos históricos. Neste sentido, conforme a literatura especializada aponta, os feminismos latino-americanos estão desempenhando um importante papel na transformação do chamado “terceiro mundo”, criando fissuras na sua estrutura colonialista e imperialista, isto é, racista, heterossexista, adultocêntrica e classista.

Para isso, os feminismos latino-americanos assumem o desafio de superar o binarismo teórico-prático das ideologias eurocentradas, a fim de se desprender das reproduções subalternizantes praticadas pelo feminismo neoliberal quando invisibiliza o contexto de opressões das mulheres latino-americanas, ou seja, aquelas que também se juntam às do sul global. Suas críticas muito contribuem para evidenciar experiências das feministas negras, indígenas, chicanas e comunitárias que encontram pontos de conciliação na defesa de um projeto de emancipação da América Latina.

Quanto às realidades das mulheres indígenas e das de territórios tradicionais latino-americanos, as suas lutas não estão apartadas

Feminismos e a emancipação da América Latina

Maria Amoras
Solange Maria Gayoso da Costa
Natália Aguiar de Barros

dos constantes conflitos relacionados aos ataques e violações aos seus territórios. Contudo, as violências que ameaçam as suas existências como mulheres indígenas, quilombolas e outras não têm sido pautadas, de forma mais incisiva, pelos movimentos indígenas e negros. Neste debate, entretanto, vê-se um crescente protagonismo dessas mulheres, tanto na luta pelo território quanto em oposição às reproduções patriarcais no interior de suas comunidades, como foi possível observar nos estudos levantados.

Nos trabalhos consultados, é importante observar que, no caso do Brasil, não foram identificados os enfrentamentos das mulheres indígenas e das de territórios tradicionais, apesar de sabermos da existência de movimentos e organizações sociais dessas mulheres neste País. Tal constatação indica a necessidade por pesquisas que registrem suas históricas lutas, de modo que suas vozes possam ser ecoadas e seus direitos garantidos. Para isso, faz-se mister a realização de pesquisas engajadas pautadas em estratégias metodológicas que partam das/com/para as mulheres no enfrentamento às opressões e à desumanização de seus corpos junto de seus territórios, com vistas à destituição das estruturas do colonialismo e do imperialismo nas Américas.

Por fim, destaca-se que a RSL desenvolvida mostrou a pertinência dos *feminismos latino-americanos* – aqueles comprometidos com as opressões interseccionais que assolam as mulheres pobres periféricas – na criação de estratégias teórico-metodológicas para essas pesquisas. E, sobretudo, para o reconhecimento da importância da elaboração de uma agenda de enfrentamento à história de longa duração das estratégias coloniais na América Latina.

Referências

- ALVARADO, M.; FISCHETTI, N. Feminismos del Sur. Alusiones/elusiones/ilusiones. *Pléyade*, Santiago, n. 22, p. 87-105, dic. 2018. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S071936962018000200087&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 02 set. 2020.
- ALVAREZ, S. E. Feminismos e antirracismo: entraves e intersecções. Entrevista com Luiza Bairos, ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 833-850, set./dez. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/>

- ref/v20n3/12.pdf>. Acesso em: 02 set. 2020.
- _____. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 43, p. 13-56, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332014000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 ago. 2020.
- AMARAL, E. S. (2017). *Mídias sociais como subaltern conter publics: um estudo de caso sobre o blogueiras negras e o blogueiras feministas*. 2017. 81 f. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Programa Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8 n. 1, 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/issue/view/311>>. Acesso em: 18 ago. 2020.
- BALLESTRIN, L. M. A. Feminismos subalternos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1035-1054, dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2017000301035&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 set. 2020.
- BATISTA, P. N. P. (2017). “*Nós comemos e regurgitamos*”: feminismos transnacionais e coalizões potenciais a partir da marcha das vadias de Goiânia/GO. 2017. 162 f. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social – Programa de Pós-Graduação de Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- BLAKE, D.; ÁBREGO, C. Entrevista com Gloria Anzaldúa. *Iowa Journal of Cultural Studies*, [S.l.], vol. 1995, num. 14, p. 12-22, 1995. Disponível em: <<https://doi.org/10.17077/2168-569X.1190>>. Acesso em: 18 ago. 2020.
- BOLADOS GARCIA, P; SANCHEZ CUEVAS, A. Una ecología política feminista en construcción: el caso de las “mujeres de zonas de sacrificio en resistencia”, Región de Valparaíso, Chile. *Psicoperspectivas*, Valparaíso, v. 16, n. 2, p. 33-42, jul. 2017. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S071869242017000200033&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 01 set. 2020.
- CARDOSO, C. P. Americanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, dez. 2014. Disponível em:

- <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2014000300015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 set. 2020.
- CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Portal Géledes*, São Paulo, 06 mar. 2011. Mulher negra. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em: 13 set. 2020.
- CARVAJAL, J. P. *Hilando fino: desde el feminismo comunitario*. La Paz: Cooperativa El Rebozo, 2010.
- ____; Descolonizar as lutas: a proposta do Feminismo Comunitário. *Revista Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu, v. 3, n. 2, p. 74-87, 2019. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2487>>. Acesso em: 13 set. 2020.
- COSTA, C. L. Feminismos descoloniais para além do humano. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 929-934, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2014000300012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 set. 2020.
- ____; ALVAREZ, S. E. A circulação das teorias feministas e os desafios da tradução. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 579-586, ago. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2013000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 set. 2020.
- ____; ÁVILA, E. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 691-703, dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2005000300014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 ago. 2020.
- CRENSHAW, K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *Unifem*, Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2020.
- DELL'AGLIO, D. D.; MACHADO, P. S. Trajetórias e experiências: a construção do sujeito político feminista desde uma perspectiva interseccional. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 2, e48556, 2019.

- Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2019000200226&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 set. 2020.
- FONSECA, I.; GUZZO, M. Feminismos y herida colonial: una propuesta para el rescate de los cuerpos secuestrados en Brasil. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 29, p. 65-84, 2018.
- GARGALLO, F. *Las ideas feministas latinoamericanas*. Bogotá: Editorial Desde Abajo, 2004.
- JULIANO, D. Feminismo y sectores marginales. Logros y retrocesos de un diálogo difícil. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 47, e16474, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332016000200304&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 ago. 2020.
- LAMBERT, H. Feminismo autônomo latino-americano: na Bolívia, as Mujeres Creando reivindicam a descolonização dos corpos. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, Salvador, v. 3, n. 4, p. 59-83, dez. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.9771/cgd.v3i4.24184>>. Acesso em: 13 set. 2020.
- LAMUS CANAVAE, D. Localización geohistórica de los feminismos latinoamericanos. *Polis*, Santiago, v. 8, n. 24, p. 95-109, 2009. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S071865682009000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 ago. 2020.
- LARA DE LA ROSA, J. M. El lugar de los cuerpos-territorios de las mujeres indígenas en procesos de desterritorialización y reterritorialización radicadas en Bogotá, Colombia. *La Ventana*, Guadalajara, v. 6, n. 50, p. 45-79, dic. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-94362019000200045&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 02 set. 2020.
- LUGONES, M. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, p. 73-102, dic. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S179424892008000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 set. 2020.
- MALNIS, C. M. Cartografía del pensamiento lesbo-feminista. La aldea como forma de acceder al mundo: desde Mendoza hacia una genealogía teórica lesbo-feminista del Sur. *La Ventana*, Guadalajara, v. 6, n. 50, p. 260-281, dic. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_

- arttext&pid=S140594362019000200260&lng=es&nrm=iso>.
 Acesso em: 09 set. 2020.
- MATOS, M. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782010000200006&lng=en&nrm=iso>.
 Acesso em: 18 ago. 2020.
- MAYORGA, C. *et al.* As críticas ao gênero e à pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 463-484, maio/ago. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X201300020003&lng=en&nrm=iso>.
 Acesso em: 17 ago. 2020.
- MOORE TORRES, C. Feminismos del Sur, abriendo horizontes de descolonización. Los feminismos indígenas y los feminismos comunitarios. *Estudios Políticos*, Medellín, n. 53, p. 237-259, dic. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S012151672018000200237&lng=en&nrm=iso>.
 Acesso em: 02 set. 2020.
- NOBRE, M. Igualdade para todas: estratégias para políticas públicas e ações do movimento. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 645-652, ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2016000200645&lng=en&nrm=iso>.
 Acesso em: 01 set. 2020.
- QUIJANO, A. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- SEBASTIAN-AGUILAR, E. Mujeres me'phaa, resistencia y sentido del lugar ante los despojos del extractivismo y el narcotráfico. *Íconos*, Quito, n. 64, p. 69-88, ago. 2019. Disponível em: <http://scielo.senescyt.gob.ec/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S139012492019000200069&lng=es&nrm=iso>.
 Acesso em: 01 set. 2020.
- SEGATO, R. L. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016. Disponível em: <<https://www.traficantes.net/libros/la-guerra-contra-las-mujeres>>. Acesso em: 01 set. 2020.
- ULLOA, A. Feminismos territoriales en América Latina: defensas de la vida frente a los extractivismos. *Nómadas*,

Bogotá, n. 45, p. 123-139, dic. 2016. Disponível em:
<http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S012175502016000200009&lng=en&nrm=iso>.
Acesso em: 02 set. 2020.

WEINSTOCK, A. M. Aportes del feminismo a la lucha socioambiental. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 647-655, ago. 2014. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2014000200016&lng=es&nrm=iso>.
Acesso em: 01 set. 2020.

Notas

- 1 Traduzido do original: “I began to think: ‘yes, I am a Chicana but that’s not all I am, and yes, I am a woman but that’s not all I am. Yes, I’m a dyke but that doesn’t define all of me. Yes, I come from working class origins but I’m no longer working class. Yes, I come from a mestizaje but which parts of that mestizaje get privileged—the Spanish and not the Indian, not the Black” (BLAKE; ÁBREGO, 1995, p. 14). [\[VOLTAR\]](#)
- 2 Segundo Alvarez, (2014, p. 17), *sidestreaming* é “o fluxo horizontal dos discursos e práticas de feminismos plurais para os mais diversos setores paralelos na sociedade civil, e a resultante multiplicação de campos feministas”, no campo e na cidade. [\[VOLTAR\]](#)



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em setembro de 2021 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).